

Universidade de Brasília

**O consumo de maconha na UnB e USP
e a passividade dos órgãos responsáveis**

João Manuel Cunha de Andrade

Brasília

2013

João Manuel Cunha de Andrade

**O consumo de maconha na UnB e USP
e a passividade dos órgãos responsáveis**

Monografia apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Antropologia.

Brasília
2013

À minha mãe.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação, em especial ao meu orientador, Daniel Simião, pela paciência e flexibilidade que fizeram esse trabalho possível. Agradeço também a minha amiga Babi, pelo carinho e apoio.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
PRIMEIRO CAPÍTULO	
1 <i>Você sabe com quem está falando?</i>	13
1.1 A cidadania diferenciada.....	13
1.2 Definição de usuário de drogas	17
SEGUNDO CAPÍTULO	
2 <i>Um novo mundo</i>	24
2.1 Ritual de passagem	24
2.2 Desmarginalização	30
TERCEIRO CAPÍTULO	
3 <i>O buraco é mais embaixo</i>	36
3.1 A Mídia	36
3.2 A Política da (na) Universidade.....	41
4 CONCLUSÃO	45
Bibliografia.....	48

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a proibição e legalização da maconha com certeza é uma discussão de extrema relevância, e por isso não deve ser tratada de forma superficial, sendo assim decidi que não caberia nesse trabalho expor os prós e contras da legalização, já que tenho pouco espaço para expor argumentos, dados, citações e pouco espaço para a análise detalhada de um tema que deve ser tratado com tanta profundidade. Além de que tentarei me ater à noção de que o uso de maconha, sendo correta ou incorretamente proibida por lei, ainda constitui um crime na legislação em vigor. Esse ato, que é considerado crime no Brasil, é passível de punição.

O assunto passou a ser de meu interesse desde que entrei na Universidade em 2008. Um dos fatos, que me motivou, dentre outros que mencionarei mais adiante, aconteceu durante o primeiro churrasco de Ciências Sociais daquele ano. Um calouro do meu semestre se aproximou de mim, embriagado, e disse: “Moleque, a elite intelectual do País tá aqui, tá ligado?”. Dei uma olhada em volta e vi uma roda de maconha de um lado, um calouro jogado na grama vomitando e alguns pelados na piscina. Confesso que fiquei assustado quando parei pra pensar que, de certa forma, aquele calouro estava certo. Considerando o grau de instrução daqueles alunos em relação à população geral do Brasil, eles eram de fato parte da elite intelectual do País. Claro que nem só de bebedeiras e drogas vivem os alunos das Sociais. Mas a decepção foi grande. Principalmente quando percebi que aquilo era normal dentro da UnB. Não só no curso de Sociais, não só por estudantes.

É fato que estudantes de Universidades no Brasil, pertencem a uma categoria de pessoas que se diferencia da grande maioria da população. Isso se deve em parte por conta do poder aquisitivo de alguns alunos, mas principalmente por conta ao acesso ao conhecimento que as Universidades proporcionam.

Iniciei esta pesquisa em 2010 durante a disciplina de Métodos e Técnicas em Antropologia Social (MTAS) como experimento da minha primeira observação em campo. Foi a primeira matéria realmente relacionada à prática em antropologia, o que foi um alívio, já que estudava apenas teoria e diversas matérias não-relacionadas a antropologia desde 2008. Com essa nova motivação e Impulsionado pelas técnicas e discussões em sala, resolvi fazer do meu campo a própria universidade onde estudo. Escolhi a UnB por ter sido influenciado por um comentário de um professor durante uma aula nos primeiros semestres de curso: “A gente tem tendência a achar que antropologia boa é aquela feita com os ‘exóticos’, longe da gente. Muitas vezes a antropologia de melhor qualidade e a mais difícil de fazer, é aquela das coisas próximas a nós.”.

Tomei isso como uma verdade pessoal e resolvi experimentar por mim mesmo. Nunca ao longo do curso consegui me ver como o “antropólogo clássico” em meio aos índios ou outros grupos sociais que são tidos pela grande maioria como “exóticos”. Essa visão estereotipada foi perdendo espaço à medida que eu avançava no curso. Foi no grupo de pessoas próximas a mim que vi a oportunidade de fazer uma análise mais interessante. Inclusive fiz o uso da maconha por 6 anos, período em que estava na escola, mais ou menos dos doze aos dezoito. Tudo bem que era mais velho do que a grande maioria daqueles que entrevistei e fiz o consumo durante uma fase mais precoce da minha vida, mas alguns dos entrevistados começaram a fazer o consumo da droga nos tempos de escola, junto comigo.

Talvez justamente por ter começado a consumir maconha cedo e ter parado cedo, comecei a estranhar o comportamento daqueles que começavam a fumar com a mesma idade em que eu havia parado. Senti-me de certa forma deslocado no começo do curso por conta disso. Meus amigos todos já estavam alguns semestres à frente e as pessoas do meu semestre eram relativamente mais novas do que eu.

Como passei algum tempo em cursinhos estudando para passar no vestibular, pessoas mais novas foram ingressando na Universidade enquanto eu ficava para trás, até que em 2008, entrei na UnB com 20 anos. Eu já tinha parado de fumar havia dois anos e me vi na mesma turma onde várias pessoas eram dois, até três anos mais novas que eu. Pode não parecer grande diferença agora, mas na época para mim foi como colocar um garoto da oitava série na sala dos da sexta.

Os motivos que me levaram a fazer o uso de maconha e os motivos apresentados pelos estudantes que entrevistei, foram bastante parecidos: curiosidade, fazer parte do grupo “descolado”, divertir-se, enfim. Acontece que o uso de maconha dentro de uma escola e dentro de uma universidade acaba sendo muito diferente, em pouco tempo de uso. O que começa como curiosidade nos dois casos acaba se tornando um ato político em pouco tempo dentro da universidade. Mais do que isso, esse consumo que seria facilmente reprimível dentro de uma escola pela maioria daqueles que frequentam esse ambiente, se torna praticamente admirável dentro da universidade. Essa com certeza foi a constatação que mais me causou estranheza quando entrei na UnB.

Por que a punição não está sendo aplicada dentro de uma instituição pública que se preocupa tanto com “o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas do Brasil e da humanidade²”? Por que a Universidade de Brasília tem sido tão passiva em relação ao uso de maconha pelos seus estudantes? Por que alunos, professores e jornalistas se chocam quando estudantes são presos dentro do campus da USP fumando maconha?

² Minuta para consulta pública das Diretrizes de Convivência da Comunidade Universitária. Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI)

Em pouco tempo como universitário me vi imerso em um mar de discursos que pareciam no mínimo engraçados. Lembro-me da primeira aula de sociologia, a aula trote, que acontece todos os semestres, onde um aluno veterano, de preferência barbado e bem mais velho do que a maioria dos alunos, finge ser o professor da matéria no primeiro dia para dar uma aula falsa de sociologia. Logo no primeiro momento ele pediu que nos apresentássemos e disséssemos os nossos motivos para estudar ciências sociais. Um dos alunos respondeu:

- Escolhi sociologia porque já li alguns autores e tal
- Ao que o “professor” respondeu com um certo ar de desdém:
- Ah é? Quais autores você já leu meu filho?
- Marx.
- Bacana. Explica pra mim a mais-valia então.

Depois de um silêncio constrangedoramente prolongado, a sala explodiu em risadas. Totalmente constrangido e claramente sem saber do que se tratava a mais-valia, o aluno se reservou a apenas ficar vermelho e dar algumas risadinhas. Coincidência ou não, esse foi o mesmo aluno que me abordou no churrasco das sociais comentando sobre a elite intelectual do país. Ao longo do tempo, discursos sem muito embasamento, ancorados apenas na rebeldia e na reprodução de conceitos “batidos”, começaram a se tornar muito comuns dentro de sala, em comentários feitos pelos alunos e nas conversas no CASO e no ANTRO (Centros acadêmicos de Sociologia e Antropologia, respectivamente) e, associado a esses discursos, o uso da maconha passou também a ser frequente. Comecei a me sentir incomodado e totalmente sem espaço pra discutir as minhas ideias em relação ao uso da maconha, que para eles pareciam “reacionárias” sempre que eu arriscava comentar algo.

Foi então que vi em MTAS a oportunidade de escrever sobre o assunto. Era um tema que me instigava e sobre o qual eu tinha certeza que iria ter muito o que falar. Alguns meses após ter escolhido o tema, a Rede Globo divulgou, no telejornal local (DFTV), reportagem sobre o consumo de drogas dentro dos centros acadêmicos, o que deu um novo impulso na minha pesquisa. No segundo semestre de 2011, três estudantes da Universidade de São Paulo foram presos porque estavam fumando maconha dentro do campus. Uma série de revoltas aconteceram nos dias seguintes, culminando na invasão da Reitoria. Esses acontecimentos reacenderam questões sobre o policiamento dentro das universidades federais. Outras questões, menos explícitas e menos comentadas, despertaram meu interesse. Em que medida a tolerância ao uso de drogas se relaciona a concepções de cidadania diferenciada no Brasil? Que outros fatores estariam envolvidos nessa prática? A ética interna à juventude universitária pode ser responsável pelas práticas sancionadas pelos costumes? Que elementos tornam escandalosa essa prática que normalmente é tolerada?

As prisões dos estudantes da USP que estavam fumando maconha estamparam conflitos que existem entre discurso e prática, entre direitos e privilégios. Foi nessa oportunidade que vi a opção de incluir a USP em minha pesquisa. Essa opção trazia algumas dificuldades: como e onde ficar em São Paulo? Quanto custaria fazer parte do meu campo na USP? Quanto tempo seria necessário? Apesar das dificuldades que vi no primeiro momento, resolvi que era uma oportunidade única e indispensável de estudar o ocorrido lá, afinal era exatamente o tema da minha pesquisa. Na verdade, foi a decisão de ir para USP que fez com que o tema fosse levado adiante, desde MTAS até a dissertação, passando por seminário de pesquisa e excursão didática. Após decidir que iria pra São Paulo, tive que enfrentar algumas verdades. Não poderia passar o tempo que eu achava que seria o necessário em campo já que não dispunha de muito dinheiro,

nem de lugar para ficar e principalmente de tempo, afinal eu estava em pleno período de aulas.

Visitei o campus da USP duas vezes em 2012, em março e em abril, passando um total de duas semanas em campo em São Paulo. Para realizar a pesquisa em busca das questões que me propus, entrevistei quinze alunos (10 da UnB e 5 da USP), dois Policiais Militares (de Brasília), um funcionário da segurança do campus da USP, o jornalista e produtor responsável pela matéria do DFTV sobre consumo de drogas na UnB e o ex Procurador Geral da União, Arthur Castilho, que representou o Brasil na *International Narcotics Control Board*, da ONU. O campo em Brasília começou em 2010, quando eu cursava a disciplina de Métodos e Técnicas em Antropologia Social e durou aproximadamente um mês. Em 2012 voltei a fazer entrevistas no centro acadêmico de Antropologia.

Resolvi dividir meu trabalho em três capítulos. No primeiro, trato do princípio de igualdade jurídica no Brasil, suas origens e influências, contextualizando esses conceitos com as observações em campo. Abordo em seguida a problemática da definição de usuário de drogas, passando desde categorias nativas até definições médicas, mostrando como as diferentes nomenclaturas podem categorizar um usuário de maconha.

Dedico o segundo capítulo ao uso da maconha como ritual de passagem àqueles que ingressam nas Universidades e querem fazer parte de determinado grupo entre os estudantes, além de tratar sobre um conceito adquirido em entrevistas com Policiais Militares a respeito do novo perfil dos soldados. Ainda neste capítulo debato a questão do uso desmarginalizado da maconha dentro da universidade, proposto pelos “nativos”, que veem a Universidade como o “paraíso pra quem fuma maconha”.

No terceiro capítulo menciono o papel da mídia em denúncias envolvendo alunos da UnB consumindo drogas dentro dos centros acadêmicos e na revolta ocorrida na USP em decorrência da prisão dos estudantes que consumiam maconha no campus. Finalizo o capítulo mostrando a falta de interesse dos órgãos responsáveis no combate ao uso da droga dentro das Universidades e a relação disso com o excesso de “politicagem” no que se refere aos estudantes profissionais e sua influência nos movimentos estudantis.

Concluo a dissertação mostrando que além das bases pré-existentes no modelo de igualdade jurídica, vigente no Brasil, é nas relações particulares entre as partes que a passividade dos órgãos responsáveis se firma.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1 *Você sabe com quem está falando?*

1.1 A cidadania diferenciada

“Tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desigalam”. É assim que Ruy Barbosa (1999) define o princípio de igualdade em *Oração aos moços*, discurso proferido por ele para os formandos da turma de Direito em 1920 da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), também conhecida na época como Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Esse princípio de igualdade é fundado em uma lógica pela qual nada seria mais injusto do que tratar com desigualdade os iguais ou com igualdade os desiguais. Desse ponto de vista existe uma desigualdade natural, que deve ser balanceada pelo tratamento diferenciado a cada sujeito.

Essa definição do princípio de igualdade torna possível o estudo feito por Roberto Kant de Lima (2009) em *“Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada”*, na qual o autor faz uma análise comparada entre o caráter inquisitorial do nosso sistema penal em contraste com o modelo adversarial americano. Para Kant de Lima as normas são as mesmas para todos no modelo adversarial - próprio de uma representação igualitária - onde a ordem é mantida pelas internalizações das normas. Dessa maneira, cada um internaliza este conjunto de normas e sabe o que é ou não aceitável para todos.

Para o autor, essa internalização se dá pelo mecanismo disciplinar e não pelo mecanismo repressivo, como é o caso do modelo inquisitorial. Neste modelo, típico

de uma sociedade que se pensa hierárquica, cada um internaliza as regras através dessa hierarquia. Isso, porque as normas não são aplicadas da mesma forma para todos.

Esses dois modelos, adversarial e inquisitorial, estão baseados em ideologias opostas – uma republicana-igualitarista-individualista e outra pré-republicana-hierárquica, respectivamente – que, segundo Kant de Lima coexistem no que o autor denomina como paradoxo legal brasileiro, onde a lei é universal mas sua aplicação é particularizada.

É nesse paradoxo legal brasileiro que se encontra a contradição entre os discursos de igualdade entre os cidadãos e demais ideologias liberais, e as ações no sentido contrário, partindo da estrutura hierárquica da sociedade brasileira. Enquanto por um lado estudantes lutam pela igualdade social, por outro demandam tratamento diferenciado que as demais camadas da sociedade não possuem. Cito aqui o professor do departamento de Antropologia da UnB, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2008, pg. 137) em “*Existe violência sem agressão moral?*”:

“O que salta aos olhos no caso brasileiro é a contradição entre a hegemonia nas idéias liberais em prol dos direitos iguais na esfera pública e a dificuldade encontrada pelos atores em atuar de acordo com essas idéias no espaço público, onde a visão hierárquica frequentemente teria precedência.”

Nesse texto o autor trata da dimensão moral na classificação de atos de violência. Para isso, L. Cardoso de Oliveira (2008) classifica a agressão moral como *insulto*, que pode ser tanto uma “agressão objetiva dos direitos que não pode ser traduzida em evidências materiais”, como uma desvalorização da identidade de quem sofre o ato. Essa desvalorização é vista claramente no caso da USP, como apresentarei a seguir.

Durante uma entrevista com um estudante do terceiro semestre de Geografia, surgiu um diálogo bastante elucidativo para mim. Enquanto ele discursava sobre o preconceito e violência policial, questionei-o da seguinte maneira: “mas se o preconceito existe, alguém sofre e alguém é beneficiado por ele. Você como estudante, branco, homem de classe média não acha que pode na verdade ser a parte beneficiada pelo preconceito policial?”.

O diálogo gerado a partir dessa questão atingiu uma das problemáticas centrais da minha pesquisa. “Isso, pelo menos pra mim, mudou no dia que eles foram presos. Os três também são homens, brancos e de classe media e mesmo assim sofreram essa violência”, ao que respondi:

- Mas eles não estavam fumando maconha?
- Sim, mas estavam dentro da USP.

Neste ponto da entrevista ficou claro que uma dimensão moral da violência estava em pauta. Para um estudante, assim como para qualquer pessoa, ser preso é uma agressão à sua imagem. Mas no caso do estudante existe um agravante. Essa “violência” por parte dos policiais é tomada como um insulto, quase como se os estudantes fossem “bons de mais para serem presos”, como se os policiais não fossem dignos de tocá-los, afinal de contas, fazem parte do topo da pirâmide de hierarquias proposta por Kant de Lima (2009), estavam em seu próprio território e em meio a seus semelhantes. O que pensariam seus pais, familiares e amigos se soubessem que ele, o estudante, foi tratado como um marginal comum? Tal “agressão” é inaceitável. O motivo da prisão já não mais importa. Um protesto se fez necessário. Segundo Kant de Lima (1999, pg. 30):

“[...] há em nosso modelo espaço para o reconhecimento explícito da desigualdade entre os cidadãos, manifestada em nosso dia a dia pelos

rituais do “Você sabe com quem está falando?” e, mesmo, no reconhecimento jurídico a direitos diferentes explicitamente atribuídos a pessoas supostamente desiguais, como é o caso dos privilégios concedidos oficialmente a certas categorias de cidadãos pelo instituto da prisão especial.”

Podemos ver em um outro caso a imagem “ferida”, do ponto de vista moral da violência, de um estudante que foi abordado por policiais. O caso aconteceu na UnB, segundo Timothy Mulholland:

“Eu me lembro que teve um caso a muito tempo atrás, que um garoto tava no carro de noite, no estacionamento, quando 2 policiais passaram e viram ele lá dentro do carro. Como eles não sabiam se se tratava de um roubo ou não, foram lá e abordaram o menino. Ele ficou indignado, se sentiu ultrajado por ter sido abordado dentro do seu próprio carro. Deve ter tomado um susto é lógico, mas isso não justifica a atitude dele, xingou os policiais e tudo.”

É baseado nesse modelo hierárquico que os estudantes baseiam suas ações, mas não seu discurso. É também baseado nesse modelo que acontece a apropriação do discurso da mídia, como veremos no terceiro capítulo.

Um fato importante de se levar em conta é que em um primeiro momento essa prisão feita pela polícia militar na USP foi vista como violência do ponto de vista da moral, no sentido dado por L. Cardoso Oliveira (2008). Mas nas semanas seguintes à ocupação, vários estudantes foram detidos pela Polícia Militar (PM) por estarem ocupando ilegalmente a reitoria da USP. Já nessa prisão, os estudantes posavam para as fotos dentro de ônibus lotados, em oposição a preservação da imagem que faziam durante a ocupação, com a utilização de badanas e máscaras

para esconder o rosto. Observa-se aqui claramente um uso político do ato de ser preso. A imagem antes ferida passa agora a ser símbolo de resistência a opressão.

Um estudante que faz o uso de maconha não se vê como um criminoso ou como “bandido”. Eles, assim como os que não fazem o uso da droga, se consideram “cidadãos de bem”. O consumo de maconha é visto pelos nativos como uma atividade recreacional, terapêutica, socializadora e até normal dentro dos padrões de transgressão esperado dos jovens. Não faz sentido, do ponto de vista dos estudantes que entrevistei, que a polícia os trate como marginais. Pretendo elaborar mais as definições que os usuários de maconha fazem de si mesmos no próximo subtítulo e, mais adiante no capítulo 2 retomo a ideia de porque a polícia é temida por uns e indispensável para outros.

1.2 Definição de usuário de drogas

Definir quem é usuário e quem é traficante é uma questão delicada. Nem sempre verificar a quantidade que o sujeito está carregando é o suficiente para enquadrá-lo como traficante. Os usuários de maconha estão bem familiarizados com essa questão. Devido ao uso constante da droga e aos períodos de escassez que a maconha frequentemente sofre no mercado, compras em larga escala muitas vezes se fazem necessárias. Se distinguir um traficante de um usuário já é uma questão complicada, quem dirá distinguir um viciado de um usuário recreacional. Um “maconheiro” de um “maconhista”.

Em conversas informais com colegas do curso que fazem o uso da maconha, este interessante termo “maconhista” apareceu. Estava no aniversário de um amigo quando uma roda para fumar um baseado se abriu. Várias pessoas foram entrando no círculo, quando percebi que não se tratava de um baseado qualquer. A maconha que estava para ser fumada não era do tipo que se encontra nas ruas, prensada e

conservada com amônia. Não, essa ainda estava presa em um galho, recém-colhida e preparada. Foi aí que no meio de tantos elogios à pureza da erva, o dono se manifestou: “Aqui não tem maconheiro, rapaz. Só tem maconhista nessa festa!”.

Tive grandes dificuldades no início da pesquisa com essa classificação de usuários de drogas. Nenhum dos entrevistados se via como viciado ou mesmo usuário de drogas. Para eles a maconha nem se classificava como droga. Foi nessa festa que percebi que existia também uma clara distinção interna entre os usuários de maconha. O maconheiro, segundo um maconhista, é um cabeça vazia que “só fuma pedra³”, sem um refinamento para apreciar uma erva de qualidade superior.

O maconhista é praticamente um degustador da maconha. Conhece sobre os aspectos de produção, a começar pelo nível de acidez do solo, conhece cada uma das parafernálias utilizadas tanto para consumo como para produção, sabe diferenciar pelo cheiro o tipo de erva. Isto chega a ser tão comum entre os maconhista que esta roda que se abriu no aniversário foi atraindo os convidados pelo cheiro da fumaça. Vários dos que se acomodavam na roda comentavam a respeito da pureza daquele baseado específico, utilizando como embasamento para isso apenas o cheiro da fumaça.

Essa diferenciação nativa entre maconheiro e maconhista relaciona-se com fenômenos semelhantes em outros mercados simbólicos, como a cachaça por exemplo, que também se liga a representações reificadas de uma “cultura de raiz”. Traça-se um paralelo aqui com Bourdieu (2008) e sua análise do “gosto puro” e “gosto bárbaro” em *A distinção*. Experimentar os efeitos da maconha, qualquer “bárbaro” é capaz de fazer. Mas para consumi-la de forma “pura” é preciso que o

³ “Pedra” é o termo utilizado para definir um tipo de maconha que se vende nas ruas, de pureza inferior, constantemente misturadas à outras drogas. É assim chamada por ser prensada em forma de pedra.

usuário seja dotado de sensibilidades trabalhadas, de um certo requinte, associado principalmente ao meio em que o “maconhista” se insere.

Sobre a complexidade dessa classificação, é importante citar Gilberto Velho (1975), que escreve na Introdução de *Nobres & Anjos*:

“[...] os órgãos de comunicação de massa, as declarações de entidades oficiais marcam intensamente, de forma diferenciadora, as pessoas que consomem tóxicos, utilizando, por exemplo, a categoria *viciado*. Dessa forma parece que, tanto por parte dos acusados como por parte dos acusadores, o tóxico marca fronteiras de forma nítida, embora segundo escalas de valores não só diferentes como, em certas situações, altamente conflitantes.”

(Gilberto Velho. 1975, pg. 12)

Definir um usuário de drogas é uma tarefa complicada. De acordo com a **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde** (1993, pg. 134) designada pela sigla **CID**, o usuário de drogas sofre de *Síndrome de dependência*, definida como:

“Conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após repetido consumo de uma substância psicoativa, tipicamente associado ao desejo poderoso de tomar a droga, à dificuldade de controlar o consumo, à utilização persistente apesar das suas consequências nefastas, a uma maior prioridade dada ao uso da droga em detrimento de outras atividades e obrigações, a um aumento da tolerância pela droga e por vezes, a um estado de abstinência física.”

A criação de subcategorias se torna necessária, principalmente pelo fato de essa definição não corresponder à imagem que os entrevistados tinham de si mesmos. A definição feita por eles descreve alguém viciado em substâncias químicas (maconha não era classificada por eles como uma substância química propriamente dita), ou seja, drogas mais pesadas como cocaína e crack. Por vezes

os alunos defendiam que usuários de drogas são aqueles que não tem mais controle sobre si mesmo e sobre seu vício. Mais um empecilho na definição de usuário de drogas é definir quem é viciado e quem não é, e mesmo, o que é vício. Fica muito difícil saber até que ponto os entrevistados dependem psicologicamente e fisicamente da maconha. O discurso mais ouvido com certeza foi o de que “eu paro quando quiser.”

Como comprovar se isso é verdade? Seria a classe social o fator determinante entre ser ou não taxado de usuário de droga? Não pretendo afirmar que pessoas que são mais abastadas não se viciam, mas que por sua condição, têm acesso quase que irrestrito às drogas, então dificilmente se encontram em estados tão deploráveis quanto os usuários de maconha da rodoviária, por exemplo. Fato interessante ocorrido em uma das entrevistas foi a declaração de um estudante a respeito do uso de cocaína. Perguntei:

- E cocaína, já experimentou?
- Já. Algumas vezes. Umas dez, por aí.

Fiquei surpreso com a resposta. Nunca imaginei que experimentar fosse uma categoria que abrangesse tantas tentativas. Comecei a perceber nesse ponto como a definição de viciado, do ponto de vista dos estudantes, é uma denominação extremamente flexível e com muitas variáveis para ser definida tão facilmente. Faz-se necessária a definição de vício para nos aprofundarmos mais no que caracteriza um usuário de drogas. Segundo o Houaiss, vício é:

1. Defeito ou imperfeição. 2. Prática freqüente de acto considerado pecaminoso. 3. Tendência para contrariar a moral estabelecida. = depravação, libertinagem. 4. Hábito inveterado. = mania. 5. Dependência do consumo de uma substância (ex.: vício do álcool). 6. Erro de ofício. 7. Erro habitual no uso da língua. 8. Mau hábito ou costume que as bestas adquirem.

Claro que a definição de um dicionário não seria em si capaz de resolver o dilema até agora discutido, mas estabelece algumas bases que ajudam a direcionar melhor o estudo. Uma discussão importante para o tema, proposta por Edemilson Antunes de Campos (2001) foi apresentada em seu artigo Grupos de mútua ajuda e a (re) construção da subjetividade. No artigo o autor expõe:

“Para efeito de interpretação selecionei a narrativa: ‘Quem é um adicto?’, extraída do Texto Básico da Irmandade Narcóticos Anônimos (N.A). A escolha dessa narrativa é estratégica, pois permite compreender como a adicção/doença, entendida como uma experiência vivida de modo dramático, é construída e legitimada intersubjetivamente, juntamente com a construção da noção de pessoa. [...] Na narrativa de doença é possível captar o modo como os indivíduos vivenciam intensamente seus dramas, negociam e legitimam sua situação de doentes, ao mesmo tempo em que modulam sua subjetividade.”⁴

A noção de pessoa à que se refere o autor é justamente o ponto crítico que faz com que os alunos entrevistados não se identifiquem com a descrição de usuários de drogas e muito menos com a noção de viciados, já que essas definições são altamente subjetivas, só podendo ser confirmadas pelo próprio sujeito, de acordo com o próprio Texto Básico da Irmandade Narcóticos Anônimos (N.A).

Insisto na influência que a renda dos estudantes entrevistados tem sobre sua auto-percepção. A descrição de usuário de droga é carregada de estigmas. Para os estudantes que "representam a elite intelectual do país" tal termo não se aplica. Usuário de drogas do ponto de vista de uma sociedade hierarquizada, não é um termo democrático.

⁴ Grupos de mutua ajuda e a (re) construção da subjetividade. Artigo escrito por Edemilson Antunes de Campos, disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/artigosb/grumutua.htm>> Acesso em: 10 set 2011.

Patrick M. O'Malley e Lloyd D. Johnston em "Drugs and driving by American high school seniors" mostram que continua sendo observável que o uso de drogas se apresenta em maior escala em nos indivíduos que são "menos adaptados" a um ambiente educacional (sendo assim definidos por notas baixas na escola), seguidos por aqueles que dedicam grande parte de suas noites à atividades recreativas, em uma menor escala aqueles que tem alta carga horária de trabalho pesado e por ultimo os que tem relativa renda monetária. Tais dados foram incompatíveis com este trabalho. O que foi observado durante a pesquisa no CA de Antropologia foi que o principal grupo consumidor de maconha foi o de renda relativamente alta, que como consequência dedica boa parte de suas noites a atividades recreativas. Não foi constatada nenhuma relação ao uso de drogas e notas baixas por parte dos entrevistados.

Os motivos expostos por Kawall (2006) e Johnston (1991) como decisivos para a decisão de usar drogas são: a ausência de uma boa estrutura familiar, acesso à cultura e informação, espiritualidade, relações afetivas sólidas e respeitadas. Não é definitivamente o caso dos alunos que foram entrevistados no CA de Antropologia. Sete dos dez alunos estudaram em escola particular e mesmo o que estudou em escola pública teve acesso à informações sobre o uso de drogas e suas consequências.

Outro argumento usado pelos entrevistados era o de "abrir a cabeça", defendendo que o uso da maconha seria capaz de aumentar a percepção sobre as coisas. Após as observações feitas durante a pesquisa no CA, constatei que as relações entre os estudantes ficava mais próxima entre aqueles que fumavam maconha do que com os que eram "caretas". Durante o segundo dia da pesquisa observei que 4 estudantes estavam fumando maconha e ouvindo música em um dos ambientes do CA, enquanto outros 2 que não eram do curso de Antropologia e se consideravam "caretas", jogavam sinuca. Ir para o "Antro" fumar maconha é uma

rotina na vida dos entrevistados. Esse movimento repetitivo parece entrar em conflito com a idéia de “abrir a mente” de acordo com o exposto por Giddens, em A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas:

“A repetição é uma maneira de ficar no ‘único mundo que conhecemos’, um meio de evitar a exposição a valores ‘estranhos’ ou a maneira de ser.”

(GIDDENS. 1997. p.92)

Os valores “estranhos” que estão sendo evitados aqui são os valores adotados por grande parte dos estudantes da UnB e da sociedade em geral: a “carece”.

SEGUNDO CAPÍTULO

2 *Um novo mundo*

2.1 Ritual de passagem

Após a apresentação sobre o andamento desta pesquisa em sala de aula durante a disciplina de MTAS, uma discussão interessante foi proposta por uma aluna que questionou se a permissividade da Universidade não estava se dando devido ao fato de que a grande maioria dos estudantes era maior de idade, portanto responsável e, teoricamente, imputável por suas ações. De fato, 9 dos 10 entrevistados são maiores de idade. O que chamou a atenção foi o fato de todos terem experimentado maconha antes dos 18 anos. A média de experimentação ficou próxima aos 16 anos. Após a leitura da obra de Victor Turner, *“O processo ritual”*, em especial os capítulos 3 e 4, e o livro *“Forest of symbols”*, pude elaborar uma idéia relativa ao rito de passagem proposta pelo autor e associá-la ao fenômeno observado.

Sobre os ritos de passagem na sociedade Ndembu o autor escreve:

“On the whole, initiation rites, whether into social maturity or cult membership, best exemplify transition, since they have wellmarked and protracted marginal or liminal phases. [...] I may state here, partly as an aside, that I consider the term 'ritual' to be more fittingly applied to forms of religious behavior associated with social transitions, while the term 'ceremony' has a closer bearing on religious behavior associated with social states, where politico-legal institutions also have greater importance. Ritual is transformative, ceremony confirmatory. The subject of passage ritual is, in the liminal period, structurally, if not physically, 'invisible.' As members of society, most of us see only what we expect to see, and what we expect to see is what we are conditioned to see when we have learned the definitions and classifications of our culture. A society's secular definitions do not allow for the existence of a not-boy-not-man, which is what a novice in a male

puberty rite is (if he can be said to be anything). A set of essentially religious definitions co-exist with these which do set out to define the structurally indefinable transitional-being."

(Turner, Victor W. *Forest of symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. 1973. p. 95)

A questão é: seria a iniciação no uso da maconha um dos vários rituais de iniciação na vida adulta? Talvez a resposta de um dos estudantes, após questionado sobre os motivos que o levaram a experimentar, ajude a esclarecer a questão. "Eu tinha acabado de mudar de escola. Tava indo pro primeiro ano. Comecei a andar com uns moleques mais velhos do segundo ano que sempre me chamavam pro show da banda deles. Num desses shows eu conheci uma mina gatinha que me perguntou se eu tinha 'um' pra fumar. A gente começou a ficar e acabou rolando. Um dos moleques me passou um baseado e saí com ela pra fumar". É possível também observar nessa declaração que existe um senso de comunidade, ou *communitas*⁵ segundo Turner, entre os jovens que fazem uso da maconha. Sobre o assunto Gilberto Velho (1998. p. 54) escreve:

"[...] é extremamente importante a vida em grupo desses jovens. A semiclandestinidade em que vivem torna o convívio e o contato em seus pares tão vitais como apoio e ponto de referência. Daí a dimensão comunitária, intensamente vivenciada e procurada [...] O tóxico, o rock, a música pop possibilitam partilhar experiências em que haja uma forte integração entre as pessoas em bases radicalmente diferentes das formas de comunicação em vigor nas famílias de origem."

A análise de Gilberto Velho foi feita em 1975 sobre o uso de tóxicos na sociedade de classe média-alta do Rio de Janeiro e mostra impressionantes semelhanças com o conteúdo analisado nesta pesquisa, apesar da grande distância em tempo da obra em relação à pesquisa.

⁵ Palavra usada pelo autor que substitui a idéia de comunidade "para que se possa distinguir esta modalidade de relação social de uma área de vida em comum" (Turner, 1974: 118)

O ingresso na universidade por si só já é um ritual de passagem marcante na vida de qualquer jovem. Além de entrar em um novo mundo totalmente desconhecido e onde algumas regras são muito mais maleáveis do que no mundo de fora da academia, o calouro agora fará parte de um grupo seletivo que detém um poder capaz de modificar muita coisa: o conhecimento. Em entrevista com um funcionário da Guarda Universitária da USP, que é composta basicamente por seguranças de uma empresa particular de São Paulo, pude perceber alguns elementos muito importantes da relação dos estudantes com essas figuras de autoridade. O guarda explicava que certa vez abordou um estudante que estava fumando maconha dentro do prédio da FFLCH, e apontou para placa que indicava “Proibido fumar”, o estudante simplesmente argumentou que não estava fumando cigarro, ao que o guarda respondeu que “a placa proibia o verbo fumar, independente de qualquer especificação”. Segundo o guarda o estudante se surpreendeu e apagou o baseado diante do vocabulário apresentado. O entrevistado explica: “quando pega um colega que não é instruído, ele (o estudante) come o colega na ideia, entendeu? Quando pega um cara que fala de igual pra igual, ele pensa duas vezes. Pô, o cara sabe conversar, aí fica difícil.”.

Cabe aqui citar Kant de Lima (2001), onde o autor argumenta justamente sobre como o acesso à informação é decisivo na relação hierárquica, como no caso entre o estudante e o guarda:

“o acesso particularizado à informação é o que define a hierarquia das interpretações e as redes de sociabilidade responsáveis pela compensação das desigualdades de toda sorte, assim naturalizadas e reconhecidas explicitamente como inevitáveis na sociedade.”

Roberto Kant de Lima (2001. p. 28),

Também é possível observar na fala do guarda o que Bourdieu (2008) descreve como “capital cultural”. Em primeiro lugar o capital cultural é representado

por um domínio de um idioma. Consiste em um domínio pleno da língua, não somente a fala informal. É o domínio do vocabulário, da gramática, da escrita e da leitura, mas além disso, é o que se adquire “no berço”. Tudo isso é uma forma de capital, que tem muito valor.

O tema de domínio da língua como objeto de poder e os direitos dos cidadãos foi abordado também em uma entrevista com dois Policiais Militares do 3º Batalhão da Polícia Militar, responsável pelo policiamento no campus da UnB. Eles contavam que já serviam à PM do DF havia mais de 15 anos e que muitos dos novos soldados e tenentes da PM são muito mais jovens que eles. O que acontece nos tempos de hoje, segundo eles, é que muitos recém-graduados em Direito prestam concurso para PM e passam. Uma vez dentro da PM, após cumprirem todos os requisitos, fazem um concurso interno para subir de patente.

Só o fato de Policiais Militares serem formados em Direito traz um novo elemento na relação, não só com estudantes, mas com os cidadãos em geral. O domínio da língua e o poder que esse domínio traz, não estão mais somente nas mãos de acadêmicos e universitários. Os próprios PMs foram universitários e conhecem melhor as leis do que os oficiais antigos e que muitos cidadãos. Uma das consequências disso é que, segundo os entrevistados, não existe mais espaço para “embromações” como “Vou te processar! Você não tem esse direito!”, pois os policiais que conhecem as leis tomam os devidos cuidados para não deixarem margem para o risco de serem processados.

Um dia, ao sair da BCE me deparei com dois PMs que fazem ronda de moto pela UnB e aproveitei a chance para expor a minha ideia sobre o novo policial que tem surgido. Em 10 minutos de conversa fui atropelado por argumentos de um deles, que afirmou que a minha visão sobre os policiais era “estigmatizada”. Assim que ouvi essa palavra, perguntei para ele qual era a sua formação. Direito, ele me respondeu.

A conversa ficou ainda mais interessante quando tentei explicar o meu tema para os policiais, afinal um estudante da UnB, que aborda dois PMs dizendo que estuda antropologia e quer fazer uma pesquisa sobre consumo de drogas no campus levanta bastante suspeita. Demorei uns 10 minutos para conseguir me explicar melhor e fazê-los entender de que na verdade eu estava curioso sobre a falta de medidas para o combate ao uso de drogas no campus (isso foi o mais perto que consegui chegar da explicação do que se tratava meu tema), ganhando assim um pouco (bem pouco) mais da confiança deles. Quando disse que era sobre a passividade dos órgãos responsáveis, o PM formado em direito interveio:

“Não acho que seja passividade dos órgãos responsáveis. Nós policiais agimos na reserva do possível, que diz basicamente, a muito grosso modo, que somente quando há recursos públicos os direitos já prescritos podem ser garantidos. Não temos efetivo para cumprirmos uma política de combate ostensivo dentro do campus. Nossa função é mais de prevenção de crimes, principalmente nas áreas de estacionamento. Todos os dias a gente vê o pessoal ‘dando mole’. Largam os vidros do carro abertos, namoram dentro do carro. A gente sempre passa avisando e fazendo o que é possível.”.

Nesse ponto da entrevista, já estava pronto para fazer a grande pergunta de se é feita a abordagem de alguma pessoa nas áreas externas que esteja fumando maconha. A resposta foi articulada da seguinte maneira:

“Como a nossa função aqui é de prevenção, só o fato de estarmos aqui, sentados nas motos e uniformizados, a nossa própria presença já coíbe algum crime de acontecer. Agora, assim que a gente sair daqui, pode acontecer de sentar alguém ali na grama e começar a fumar. Como eu te disse, nós não temos efetivo pra fazer policiamento em todo o campus o

tempo inteiro. Basicamente somos nós dois que fazemos a patrulha da UnB inteira nesse horário.”.

Em discordância com as ideias discutidas acima sobre o “novo policial” que é citado pelos PMs do 3º Batalhão da Polícia Militar, o advogado e ex Procurador Geral da União, Artur Castilho reflete a respeito da passividade dos órgãos responsáveis e sobre a influência que a classe social na qual os estudantes se inserem exerce nessa maior permissividade do uso em ambiente universitário:

“ [...] No meio universitário, o estudante tem mais condições de estabelecer limites. Pelo menos está mais consciente das dificuldades que vai enfrentar com a dependência, saúde etc. Em segundo lugar tem bons advogados. Em terceiro a atuação da polícia, que ao meu ver, não tem nenhum discernimento ao executar a lei. A polícia é capaz de colocar mais droga na apreensão pra poder inclui-lo como traficante porque o usuário da rodoviária é o cara que vai criar mais problemas pra ele em outras áreas. Ele é um instrumento de mais problema pro policial que não tem cabeça preparada pra fazer esse tipo de atuação.”

É interessante observar na fala de Castilho que um perfil de policial está internalizado pelo procurador, que vê o policial como um ignorante, que não sabe discernir ao executar a lei. Essa imagem de policial, baseada no caráter repressivo do controle no sistema inquisitorial (Kant de Lima, 2001) não leva em consideração a formação de muitos soldados recém-incorporados à Polícia Militar.

2.2 Desmarginalização

Um dos motivos mais apontados pelos estudantes para a facilidade que eles têm em fumar maconha dentro da Universidade é que não são discriminados dentro do campus. Segundo eles existe uma desmarginalização da droga na UnB, pois é, segundo um dos entrevistados “um ambiente de livre pensar, onde o certo e o errado não existem.”

Após ouvir os depoimentos e dar uma volta pela Universidade, reparei que não havia estudantes fumando ao longo do ICC. Desde que entrei em 2008 na UnB, nunca presenciei o uso de maconha no ICC. O uso da maconha acontece principalmente dentro dos Centros Acadêmicos, como no “corredor da morte”⁶ e em áreas muito abertas onde existe pouca movimentação, que é o caso do “guapú”⁷. Na USP também existem um ponto conhecido para o consumo de maconha ao ar livre, chamado “morrinho”, exatamente onde os estudantes foram abordados pelos PMs.

A marginalização do uso da maconha, que praticamente restringe o seu consumo a áreas fechadas, de preferência isoladas, pode ser explicado pelo policiamento nas áreas externas, como foi observado e discutido durante a entrevista com os PMs. É um jogo de ambiguidades, onde os alunos dizem que a UnB é o paraíso pra que fuma maconha, mas se escondem nos CAs para consumir a droga, e os policiais que rodam o campus, fazendo da sua presença uma prevenção a algum crime, não iriam atrás de um estudante que fosse visto fumando um baseado, já que a “reserva do possível” deve ser mantida.

⁶ Área no subsolo do bloco A do ICC sul que abriga diversos CA's.

⁷ Área arborizada com Guapuruvús, que fica entre o ICC sul e a Reitoria.

O próprio CA de Antropologia, onde aconteceram as entrevistas com os alunos, fica no subsolo da ala sul. É uma sala, de aproximadamente 40m², com mesa de sinuca, 4 ambientes, com desenhos e pichações nas paredes. Com frequência está enfumaçada. Não por fumaça de tabaco, porque esse tipo de fumo lá é proibido, assim como indicava o cartaz na FFLCH da USP. É possível concluir através dessas observações que os espaços escolhidos pelos estudantes para fazer o uso de droga contradiz o argumento que utilizam para explicar o porquê de usarem maconha tão frequentemente e sem muita cerimônia dentro da UnB já que o uso de maconha é desmarginalizado dentro da UnB e da USP, por que fazer esse consumo em áreas escondidas ou desertas?

Ao tentar contato diversas vezes com o prefeito Paulo César Marques e com o reitor José Geraldo de Sousa Júnior, e de ter sido transferido pra o Decanato de Assuntos Comunitário (DAC), Chefia de Gabinete do Reitor, Assessoria do Reitor, Procuradoria Jurídica (PJU), Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP) e Desenvolvimento Social (DDS/DAC), constatei, através de conversas com o Secretario da SGP e uma das assessoras do Reitor, que a política da Universidade de Brasília em relação ao uso de drogas não é uma política de combate ostensivo e nem mesmo de fiscalização. Essa política cabe a Polícia Militar e órgãos externos à UnB. O papel da Reitoria, segundo o Secretario e a Assessora, é de prevenção. Promover seminários e debates no campus a respeito do assunto. Nem mesmo a segurança do Campus tem permissão para abordar nenhum usuário de drogas dentro do campus. Com essas informações não é difícil entender porque a UnB foi descrita por um dos entrevistados como “Um paraíso para que fuma maconha.”

Ao constatar que os únicos responsáveis pela fiscalização e cumprimento da Lei Federal na UnB são órgãos externos à Universidade, como Polícia Militar e Polícia Federal, é possível entender a passividade das entidades internas ligadas à Reitoria e Prefeitura em relação ao consumo de maconha dentro do Campus. A

questão do uso de drogas passa a ser responsabilidade individual de cada um, como citado no Artigo 2 das Diretrizes de Convivência da Comunidade Universitária e, por consequência, o uso passa a ser “desmarginalizado” dentro do campus, já que há tolerância por parte da comunidade acadêmica em geral.

A idéia de que a Universidade pública é o “paraíso pra quem fuma maconha” apareceu pela primeira vez durante a pesquisa em uma entrevista no “Antro” em 2011. Dos 10 alunos lá entrevistados, todos fazem uso regular da maconha. A média de uso era de dois cigarros de maconha por dia. Com exceção de um entrevistado, todos já experimentaram algum outro tipo de droga, mas apenas dois fazem uso regular de outras substâncias ilícitas. Nenhum dos entrevistados trabalha, apenas um já trabalhou. O dinheiro para o consumo de drogas vem sempre dos pais, na grande maioria profissionais liberais. Um dos entrevistados, sentindo que a pergunta sobre de onde vem o dinheiro para o consumo poderia dar margem a interpretações moralistas, o que me esforço para que não seja o caso, diz que o dinheiro para comprar maconha “vem do mesmo lugar pra eu pagar o RU”. O pai é advogado. Em São Paulo três dos cinco estudantes entrevistados faziam estágio remunerado e moravam em repúblicas. Apesar de necessitarem de ajuda financeira dos pais esporadicamente, segundo eles, conseguiam manter-se relativamente bem sozinhos.

Os acontecimentos na USP trazem a tona uma série de questões acerca da desigualdade jurídica no Brasil. A diferenciação entre o que é direito e o que é privilegio gera uma certa confusão que está associada a tradição jurídica brasileira. Se somos todos iguais perante a lei, por que uma comoção tão grande por parte da sociedade acadêmica quando três estudantes são presos fumando maconha pela PM dentro do campus da USP? Surge aqui a noção de igualdade definida por Ruy Barbosa, de tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desigalam.

Tive a oportunidade de fazer o campo na USP durante a semana “barba, bigode e baseado”, organizada por estudantes do coletivo Frente Uspiana de Mobilização Antiproibicionista (FUMA), que aconteceu em Abril. Durante essa semana foram organizadas atividades na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), onde foram levantadas discussões sobre a criminalização e legalização do uso de drogas.

O que me chamou atenção foi o fato de não ter tido nenhuma menção a prisão dos estudantes dentro do campus no semestre anterior. Na verdade, o policiamento no campus não foi abordado de maneira objetiva durante as discussões. Digo de maneira objetiva porque esta questão simplesmente não é discutível para os estudantes que entrevistei e os com quem tive a oportunidade de conversar casualmente durante as palestras. O consenso, entre eles, é que a polícia deveria não só ser banida do campus, mas do mundo! Esse de fato foi um dos lemas do movimento de ocupação da reitoria da USP, como relata um dos alunos entrevistados:

“[...] boa parte desses estudantes busca uma reformulação dessa ação policial, não só na USP, mas na cidade como um todo. Essa é na verdade uma das pautas do movimento das ocupações: fora PM do mundo, então não era só fora PM da universidade.”.

O caráter repressivo do controle no sistema inquisitorial, tal como entendido por Kant de Lima (2010) ajuda a entender porque a polícia é detestada nesses casos. Assim como a lei não é garantia de direito, mas ameaça de punição, a polícia não é vista como garantidora da segurança de quem está sendo policiado, mas sim como aparato da repressão, isso de acordo com o ponto de vista dos estudantes que se sentiram violentados por terem sido presos enquanto fumavam maconha.

A invasão do prédio da FFLCH e da reitoria da USP contou com alunos encapuzados, escondendo o rosto, pichações e a depredação das salas do prédio da Reitoria, o que acarretou em um fenômeno interessante de ser citado, que foi a “contra-revolução” que tomou conta do campus nas semanas seguintes à ocupação. Centenas de estudantes protestaram contra o movimento de ocupação, alegando serem a favor da presença da PM no campus. O que faz com que alguns se sintam reprimidos e outros protegidos com a presença da polícia?

Um simples “quem não deve não teme” não seria suficiente para explicar tal dinâmica. É preciso levar em consideração o caráter repressivo da polícia, principalmente no que se refere ao tratamento aos “bandidos”. Estudantes, tanto aqueles que não fazem o uso de drogas como os que fazem, temem pela violência, em forma de sequestro, estupro, assalto, furto dentre outros. Os usuários de maconha, são tratados pela polícia como infratores da lei. A prisão, como já mencionei, é uma violência por si só na visão destes estudantes. Daí a reivindicação “fora PM do mundo”. A proposta deles é de um policiamento não-militar no campus, por uma entidade que seja capaz de reprimir crimes mais graves, como os mencionados acima, mas que não tenha poder o suficiente para prender um usuário de maconha. É possível ver claramente o papel dos movimentos estudantis neste caso, repudiando o papel repressor da polícia no sistema de pirâmide, como anteriormente citado na teoria de Kant de Lima (2009). Os estudantes que apoiam a presença da PM no campus não se sentem representados por esse movimento estudantil. Se eles fazem ou não o uso de maconha, não se sabe, mas fato é que,



Figura 1. Fonte: Site G1

consideraram o movimento de ocupação da USP como uma revolta sem fundamentos.

Durante um dos “contra-protestos” um estudante de economia foi fotografado segurando uma placa com os seguintes dizeres: “Meu pápi paga tudo p/ mim, por isso tenho tempo p/ ser revolucionário” enquanto confrontava um estudante pró-ocupação. É interessante observar que nessa imagem o estudante contra a ocupação se veste socialmente, como alguém que acabou de sair do trabalho, alguém que paga as próprias contas e não tem tempo para “brincar” de revolucionário, criando uma *persona* que representaria um “cidadão de bem” que paga seus impostos e por consequência gostaria de ter sua segurança garantida pelo estado.

TERCEIRO CAPÍTULO

3 *O buraco é mais embaixo*

3.1 A Mídia

Existe um programa sobre usuários de drogas e suas dificuldades exibido na TV a cabo chamado *Intervenção*. O programa retrata o dia-a-dia de usuários de drogas, a convivência com a família e amigos. O programa se passa por um documentário, até onde o usuário sabe. Mas a verdadeira intenção do programa é propor a internação do usuário, a pedido da família. No dia 13 de Janeiro de 2011 uma reportagem da TV Globo exibida no DFTV, assumiu a função de interventora.

Cito aqui, trechos da conversa por e-mail com Diego Moraes, Produtor de reportagem da Rede Globo, responsável pela produção da matéria exibida no DFTV:

“Não precisei passar mais do que 15 minutos no local para registrar imagens de consumo de maconha (o que é crime) e venda de bebidas alcoólicas como se ali fosse um bar (o que contraria as regras do campus). [...] Recebemos inúmeras mensagens de alunos que defendem a descriminalização da maconha e que usam essa tese como argumento para consumir a droga sem culpa. Não concordo com essa postura. Acho que a questão das drogas é um debate complexo que deve ser levado a sério pelos estudantes. Querem discutir a descriminalização? Que o façam – e acho que a reportagem criou o ambiente ideal para isso. Mas sem infringir a lei em vigor. [...] Nesse sentido, a mídia ajuda a estabelecer pontes de comunicação entre variados grupos. Em vez de os incomodados reclamarem diretamente com os que incomodavam, por saber que teriam poucas chances de fazer sua voz competir com a intensidade do som dos

happy hours, recorreram à via indireta da imprensa, que deu amplitude às reclamações o suficiente para motivar transformações no ambiente.”

Em decorrência da matéria exibida, a Reitoria afirmou que estava formulando uma nova cartilha sobre as regras de convivência na Universidade, provavelmente contendo instruções específicas em relação à abordagem e procedimentos a serem adotados para coibir e punir o uso de maconha dentro da UnB, segundo a Assessoria do Reitor, o que nos dois anos seguintes, pelo menos de acordo com as minhas observações, não aconteceu. Não recebi e não vi ninguém recebendo ou comentando sobre tais cartilhas.

A partir de uma intervenção da mídia, as políticas da Universidade lentamente começam a se modificar, o que mostra que até então havia pouco interesse por parte das autoridades da Universidade, e mesmo dos alunos, em se repensar o espaço público e seu uso. A grande mídia, por vezes taxada de sensacionalista, como foi o caso da reportagem na UnB, foi responsável por uma mudança que nem Reitor, aluno, professor, funcionário ou polícia foram capazes de fazer.

A questão do policiamento no campus foi tratada na edição da segunda quinzena de Abril no Jornal do Campus de 2012, em uma matéria dividindo a mesma página com a matéria sobre a semana Barba, Bigode e Baseado. O título da matéria era “Militarização avança na USP”. Um leitor descontextualizado poderia imaginar que soldados do Exército estavam entrando na USP e assumindo o controle da Universidade e que o jornal estaria datado erroneamente. Mas ao verificar que se trata de fato de 2012 e não de uma matéria publicada na década de 1960 o leitor, instigado pelo título, leria o seguinte:

“ O Jornal do Campus erra ao não bancar em sua manchete que a USP terá um militar no comando da segurança dos campi. O ex-PM, cravado no

título, não dá ao leitor a real dimensão de que será um militar que chefiará a segurança na Universidade.

Se manchetasse: coronel assume segurança da USP ou Militar assume segurança da USP, o jornal não incorreria em nenhum erro e deixaria absolutamente clara a informação para seu leitor. O coronel Luiz de Castro Jr. é e, sempre, será um militar. Não é porque está na reserva, que deixou de sê-lo. Aliás, mantém a mais alta patente da hierarquia da Polícia Militar. E foi justamente sua condição de militar que fez com que o reitor, João Grandino Rodas, o contratasse para chefiar a segurança da Universidade.”

A matéria é um reflexo claro da situação conflitante entre os estudantes e os Policiais Militares que, apesar de existir há muitos anos, foi acentuada em 2011 com a prisão dos três estudantes que fumavam maconha dentro do campus da USP. Essa situação acabou alimentando uma outra questão: Como essa tensão com os estudantes é vista pelos Policiais Militares? Infelizmente posso apenas especular sobre essa questão, já que não consegui entrevistar nenhum Policial Militar na USP.

As reportagens exibidas na televisão sobre os acontecimentos na USP e na UnB criaram repercussões no país inteiro. Foi de certa forma um “escândalo”, tal como definido por John Thompson (2000), onde o escândalo é definido como um alguma transgressão específica de tal intensidade que demanda uma resposta pública assim que informada pela grande mídia. O que tornou o episódio interessante é que a situação foi escandalizada por dois “fronts”: A mídia (como de costume) e pelos próprios estudantes, que transformaram a prisão de usuários de drogas, na invasão da reitoria da Universidade! Como foi o caso da USP. Sobre a formação de escândalos, Claudia Fioretti Bongianino (2009) escreve sobre o processo de escandalização de um episódio de corrupção famoso na história do Brasil, o mensalão.

A autora se questiona sobre as razões que transformaram esse episódio em uma espécie de espetáculo, partindo da análise de reportagens publicadas na revista Veja. É interessante ressaltar que foi constatado pela autora que denúncias muito semelhantes haviam sido feitas com meses de antecedência, antes do escândalo estourar. Por que essas denúncias não viraram um escândalo? Segundo a autora por que:

“[...] a moralidade da reciprocidade brasileira vê com bons olhos a obtenção recíproca de vantagens por meio de trocas de favores entre pessoas com quem se mantém relações pessoais, havendo inclusive uma obrigação social em se realizar essas trocas.”

Bongianino (2009) percebe então que, para que um escândalo de corrupção se constitua, alguns elementos devem estar presentes: o fato além de ser denunciado, precisa mostrar de forma clara que interesses individuais foram postos acima de interesses relacionais.

A autora se relaciona também com os estudos de Kant de Lima (2001), Regina Mendes (2008) e Murilo de Carvalho (2001), quando, analisando a opinião pública brasileira acerca das “pequenas corrupções”, se utiliza deste último autor para distinguir três classes de cidadãos brasileiros: A primeira classe é constituída pelos sujeitos de status mais elevado, os quais estão acima da lei e se beneficiam dela para defender seus interesses por poder, dinheiro e prestígio; a segunda classe é composta pela classe média, a qual está sujeita a benefícios e rigores da aplicação incerta do código civil e do código penal; por fim, a terceira classe é formada pelos indivíduos de status mais baixo, os quais estão desprotegidos pela sociedade e pela lei, estando sujeitos ao código penal. Tendo em vista essas categorizações, fica mais clara a indignação causada pelo fato de a segunda classe ter sido tratada como terceira classe nos acontecimentos da USP.

No caso da UnB também não foi diferente. Uma reportagem que saiu na TV também foi responsável por mudanças radicais dentro desta Universidade. Cito como exemplo a denúncia de irregularidades e desvio de verba na gestão de Timothy Mulholland em 2008. Após a denúncia, estudantes invadiram a Reitoria e só saíram de lá depois que Timothy renunciou ao cargo de reitor. Por que tanta movimentação para derrubar um reitor e tanta resistência em coibir o consumo de maconha na UnB? A maneira pela qual se apropriam da mídia é semelhante a qual se apropriam dos serviços da polícia, por exemplo. Devem sempre servir aos nossos interesses. Pessoais.

O ex-delegado da Polícia Civil e ex-deputado pelo PT do Rio de Janeiro, Hélio Luz, que participou de um documentário sobre a guerra contra o tráfico que acontece no Rio de Janeiro, se questiona:

“Há interesse na sociedade em ter uma polícia que não seja corrupta? Porque uma polícia que não seja corrupta vai ser que nem nos demais países: Você não pára em local proibido porque chega um cara lá e te aplica uma multa. Você não avança sinal de trânsito. Começa por aí [...] Então, a gente atua na favela e no Posto 9. Pára de cheirar em Ipanema. Pára de cheirar em Ipanema! Vai ter mandado de segurança metendo o pé na porta na Delfim Moreira, não é isso? Essa é uma polícia que não é corrupta.”⁸

Percebe-se aqui mais uma vez a dinâmica contraditória entre o discurso igualitário e as ações individualistas típico do sistema pré-republicano-hierárquico. O interessante da fala de Hélio Luz é a comparação com “os demais países”, onde segundo a lógica do discurso do policial, opera-se com o modelo do paralelepípedo

⁸ Notícias de uma Guerra Particular (Brasil). Direção: João Moreira Salles. Gênero: Documentário. Tempo de Duração: 57 min. Ano de Lançamento: 1999 Áudio: Português.

para representar a sociedade, tal como proposto por Kant de Lima (2009), onde a base é igual ao topo.

3.2 A Política da (na) Universidade

Após ler o Regime Geral da UnB e a Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) sobre o estabelecimento de Diretrizes de Convivência da Comunidade Universitária, as únicas referências à proibição do uso de maconha dentro da Universidade aparecem indiretamente nos artigos 2 e 3 da minuta para consulta pública das Diretrizes de Convivência da Comunidade Universitária. No artigo 3 parágrafo II: “As Diretrizes de Convivência da Comunidade Universitária obedecerão aos princípios: I. da natureza pública e dos valores republicanos”, que diz respeito a Constituição Federal de 1988 e as leis regidas por ela. Nenhuma menção sobre o uso de maconha ou qualquer outra droga, além do álcool e cigarro, é feita diretamente, pois se subentende que a Universidade, como parte do território nacional, é regida pelas leis da Constituição Federal. O artigo 2 faz menção aos “papéis sociais, os relacionamentos estruturais, as responsabilidades individuais, os limites de autoridade e os requisitos exigidos dos membros da comunidade universitária”.

Em entrevista com o ex-reitor, Timothy Mulholland, uma nova temática surgiu. Estudantes “profissionais”, que têm ligação direta com partidos e movimentos sociais, são pagos para se manterem na Universidade como líderes estudantis e que, de acordo com o próprio Timothy, foram “pontas de lança” da sua saída da reitoria. Os interesses políticos de partidos pelas Universidades públicas no que se refere à doutrinação e arrebanhamento dos estudantes, não é necessariamente novidade, mas, pelo menos para mim, foi uma grande novidade saber como exatamente esses partidos atuam dentro da universidade.

Passei a me interessar pelas eleições para reitor na Universidade de Brasília depois de perceber a atuação dos partidos políticos dentro do campus. A partir de então, tentei entender melhor o papel dos estudantes nessas eleições, principalmente em termos de poder de voto. Segundo notícia publicada no site G1 da Globo:

“De acordo com estimativas da Comissão Organizadora da Consulta (COC) indica que 12.554 pessoas foram às urnas nos dois dias de eleição. Isso representa um aumento de 44% em relação ao número de votantes no primeiro turno, que somou 8.709 eleitores. Os professores foram proporcionalmente o grupo que mais participou do pleito, com 1.833 votos, o equivalente a 83% dos acadêmicos da instituição. Os estudantes somaram 8.909 votos e os servidores técnico-administrativos, 1.812.”⁹

Com essa pesquisa fica claro que os estudantes não são a maioria dos votantes e não tem por si só a capacidade de eleger um reitor. Mas tem um papel fundamental para derrubá-lo. Denúncias foram feitas e apuradas pelas autoridades responsáveis, que, diga-se de passagem, absolveram o ex-reitor pouco mais de três anos depois. Com a chance de aparecer nos holofotes, o ministério público aproveitou o escândalo que a mídia fez a respeito do caso e pressionou também o ex-reitor a renunciar. Timothy Mulholland renunciou frente a uma pressão imposta pelo Ministério Público, mídia e partidos políticos, que se utilizaram de estudantes profissionais, que detém grande poder dentro da Universidade, para mobilizar uma massa de manobra, fechando assim o cerco contra o ex-reitor.

Um candidato à Reitoria sabe muito bem desse poder que os estudantes têm. Durante a entrevista com Artur Castilho surgiu uma reflexão interessante acerca do tema: “Eu imagino um tratamento mais benevolente por parte do reitor, da reitoria,

⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/09/resultado-das-eleicoes-para-reitor-da-unb-sai-nesta-quinta-feira.html>> Acesso em: 23 out. 2012

tem efeitos eleitorais. Agora, não sei em que medida existe essa influencia acontece.”. Por que se arriscar em tocar em temas como a relação que o consumo de drogas dentro do campus tem com a violência dentro daquele espaço? Por que sugerir o combate ao uso e venda de drogas dentro do campus se isso poderia desagradar parte não só do seu eleitorado, mas aqueles que têm o poder de derrubá-lo do seu cargo? Pensando a respeito destas questões, as razões da passividade dos órgãos responsáveis em relação ao consumo de drogas dentro da UnB ficam claras.

A passividade de um dos órgãos responsáveis, a reitoria, em relação não somente ao consumo de drogas, mas à alta permissividade de comportamentos que seriam tidos, alguns no mínimo como inadequados e outros como ilegais, está explícita nessa dinâmica entre aluno, estudante profissional, reitoria e partidos políticos. A passividade está explícita na dinâmica, mas é preciso ressaltar que esse fluxo de influências por si só não é capaz de explicar o comportamento aqui estudado. Existem variáveis que estão profundamente enraizadas na “cultura estudantil” que tornam o ato de se usar drogas dentro da universidade em algo natural, e em alguns casos mais do que isso, quase obrigatório.

O consumo de drogas, os protestos contra as regras vigentes e outros comportamentos tidos como transgressores faziam parte de um “espírito” estudantil que buscava, nos tempos da ditadura principalmente, os direitos de liberdade que deveriam ser garantidos pelo estado. Os alunos daquela época enfrentavam não só a polícia militar, mas também a polícia do exército e instituições militares que se infiltravam nas universidades para reprimir ideias, comportamentos quaisquer atitudes que fossem tidas como subversivas pelo estado ditatorial.

O que se percebe no caso da USP, especificamente na invasão da FFLCH e da reitoria, foi a reivindicação de privilégios, não de direitos. A imagem dos

estudantes foi agredida quando foram tratados como cidadãos comuns. Ficaram tão indignados que correram atrás de funcionários da limpeza do campus para aumentar o número de protestantes nas passeatas que ocorreram durante a ocupação, como relata o funcionário de uma empresa particular de segurança dentro do campus:

“[...] eles chegaram lá dizendo que o salário que eles (os funcionários da limpeza) recebiam era um desrespeito, que as categorias deviam se unir, que sozinho ninguém conseguia nada e tal. Conheço muita gente que foi. Agora, quantos alunos você acha que iam protestar desse jeito se algum funcionário da limpeza fosse preso fumando maconha?”.

Não é possível responder essa questão sem especulações, mas a pergunta em si traz uma reflexão válida sobre cidadania diferenciada. Cabe aqui mencionar mais uma vez Kant de Lima (2001) e o modelo piramidal proposto pelo autor, onde:

“O saber particularizado converte-se em poder público e tem sinal positivo: quem está no vértice da pirâmide [...] exerce seu poder fundado no saber de que se apropriou particularizadamente, ao qual não tiveram acesso seus pares, pois pode inclusive dele se apropriar por meio de suas relações particulares.”

Na fala do segurança é possível observar esse fenômeno descrito por Kant de Lima (2001), onde o topo da pirâmide, composto pelos estudantes neste caso, recruta a base da pirâmide, aumentando o quórum nos protestos e apropriando-se então de seus pares, através do saber particularizado mencionado acima.

4 CONCLUSÃO

São inúmeras as razões que compactuam para uma permissividade intensa dentro das Universidades em relação a comportamentos que são tidos como intoleráveis pela sociedade. Um desses comportamentos é o consumo de drogas, mais especificamente a maconha, como foi analisado nesta pesquisa. Enraizado em uma cultura libertária que existe dentro da Universidade, o consumo desta erva passa a ser neste ambiente muito mais do que uma simples droga recreacional. Ela vira instrumento político, capaz de criar grande comoção no meio acadêmico e na mídia, como foi o caso da UnB e da USP.

Muitos estudantes são apresentados inicialmente à maconha dentro do ambiente universitário, onde pré-existem estruturas e discursos relacionados a uma identidade que é esperada dos estudantes. Não só dentro das universidades existem esses modelos pré-definidos. A sociedade brasileira é baseada nesses modelos, visando a manutenção da ordem através da internalização das hierarquias. Aqueles que detêm o conhecimento estão no topo da pirâmide e sentem-se ultrajados quando a lei é aplicada igualmente a eles, não só por serem eles quem são, mas por estarem no espaço que estão. A apropriação do espaço público, torna-se crucial para a criação de um escudo que protege estes que estão no topo da pirâmide. São detentores não só do conhecimento, mas também do espaço onde produzem o conhecimento, sendo portanto, totalmente intolerável que sejam incomodados pela lei, tida nesse caso como repressora e não como garantidora de direitos. A apropriação desse espaço público, a Universidade, se dá como em Kant de Lima (2001):

“O domínio público, assim, é o lugar apropriado particularizadamente, seja pelo Estado, seja por outros membros da sociedade, autorizados ou não por ele, e, por isso, sempre, aparentemente, opaco, caótico e imprevisível ao

olhar coletivo, onde tudo pode acontecer e de onde 'quero tudo o que tenho direito' [...]'".

Uma outra apropriação feita pelos alunos da UnB foi a do discurso da mídia. Tratei especificamente de dois casos que ocorreram na instituição. Um em 2008 e outro em 2011. O episódio de 2008 foi o da invasão da reitoria e a queda do ex-reitor Timothy Mulholland, após denúncias de improbidade administrativa feitas pela Rede Globo. No dia seguinte à matéria, uma revolta tomou conta dos estudantes que acabaram invadindo a reitoria e só saíram quando Timothy pediu afastamento. Já em 2011 a história foi diferente. Após denúncias feitas, também pela Rede Globo, sobre o consumo de drogas dentro dos centros acadêmicos da UnB, os alunos novamente se revoltaram. Dessa vez contra a mídia, a qual taxaram de sensacionalista e manipuladora.

Além dos mecanismos citados acima, a falta de identificação que os estudantes da UnB e USP têm com o que seria definido na lei como usuário de drogas, dentre outras razões, por não considerarem maconha como droga, dificulta ainda mais o entendimento por parte destes alunos sobre o porquê de serem presos. Para intensificar a situação, uma nova força policial está sendo composta cada vez mais por policiais que, assim como os estudantes universitários, também detém conhecimento de nível superior. E um conhecimento bastante específico, o conhecimento jurídico, o que acaba diminuindo as barreiras invisíveis que impediam os universitários de serem incomodados pela lei em seu ambiente de domínio.

Apesar dos elementos pré-existentes no princípio de igualdade, institucionalizado no Brasil, que preparam o terreno para a permissividade de certos comportamentos nas universidades, é nas relações particulares preconizadas por essa estrutura que a passividade se estabelece. Foram essas relações criadas entre as diferentes esferas analisadas, que tive a intenção de analisar nessa pesquisa.

De todas as dinâmicas, considero a mais importante para essa pesquisa aquela existente entre os partidos políticos, os estudantes profissionais e os alunos dos movimentos sociais. O apadrinhamento dos que alunos e entidades estudantis pelos partidos políticos, reforçam a estrutura piramidal proposta por Kant (2001). A ordem é mantida dentro das Universidades estudadas, quando o eleitorado dos partidos políticos, composto por alunos da UnB e USP que são arrebanhados pelos estudantes profissionais, têm seus privilégios garantidos. Aos amigos tudo, aos inimigos a lei.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Ruy. Oração aos moços. Adriano da Gama Kury. 5ª edição. Rio de Janeiro: Casa de Ruy Barbosa, 1999.

BOURDIEU, P. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.

CALAÇA, Flávia Antunes Caldeira Silva e. Aspectos do uso de álcool entre alunos iniciando curso na UFMG./ Flávia Antunes Caldeira Silva e Calaça. 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001

CID-10: Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.

CAMPOS, Edemilson Antunes de. A tirania de Narciso: alteridade, narcisismo e política, São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001,

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Ed. Objetiva. 2008.

GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

JOHNSTON, Lloyd D; BACHMAN, Jerald G; O'MALLEY, Patrick M. Drug use among american high school seniors, college students and young adults: 1975-1990. Rockville: Nat Inst Drug Abuse, 1991.

KANT DE LIMA, Roberto de. Administração de conflitos, espaço público e cidadania Uma perspectiva comparada Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 1, núm. 2, dezembro, 2001. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

KANT DE LIMA, Roberto. "Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada". IN: Anuário Antropológico, v. 2. 2010.

KAWALL, Beatriz Gonçalves. Verso e Reverso: A trajetória de jovens que optaram por dizer não às drogas. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Florianópolis 2006.

MENDES, Regina L. T. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. In: Ensaios de antropologia do direito. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

Narcóticos Anônimos. (1993) (trad.) da quinta edição do livro Narcotics Anonymous, Narcotics Anonymous World Service, Inc. Chatsworth, Califórnia USA.

Notícias de uma Guerra Particular (Brasil). Direção: João Moreira Salles.
Gênero: Documentário. Tempo de Duração: 57 min. Ano de Lançamento: 1999
Áudio: Português.

RESULTADO das eleições para reitor da UnB sai nesta quinta-feira, G1, DF, 13 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/09/resultado-das-eleicoes-para-reitor-da-unb-sai-nesta-quinta-feira.html>> Acesso em: 23 out. 2012.

TURNER, Victor. O processo ritual - estrutura a antiestrutura. Petrópolis, Vozes, 1974.

TURNER, Victor. The forest of symbols. Lhaca, Vail-Ballour Press, 1973.

VELHO, Gilberto. Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: FGV, 1998.